

STIU LEGAL
BR. 1976

Poder Popular



Director: Eduardo Ferro Rodrigues Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I N.º 32 (Nova Série) 10 de Março de 1976 Preço 4\$00



**FASCISMO
QUER REGRESSAR
COM ELEIÇÕES**

**ESQUERDA
DIVIDIDA
— porquê?**

CONTRA O FASCISMO

**UNIDADE DO POVO
PELO PODER POPULAR**

OS CANDIDATOS DO MES

I — CÍRCULOS ELEITORAIS DO CONTINENTE:

AVEIRO

1. Fernando Sousa, membro do comité central; 2. António Moreira dos Santos, operário metalúrgico, 29 anos; 3. Álvaro Cabral, operário metalúrgico, 29 anos; 4. Carlos Mendonça, advogado, 27 anos.

BEJA

1. António Diogo Moreira, membro da comissão de trabalhadores da Herdade dos Grous, presidente da Casa do Povo de Albernoa, trabalhador rural, 44 anos; 2. António Francisco João (Pires), operário metalúrgico, membro da intercomissões de moradores de Beja, 33 anos.

BRAGA

1. Alberto João Coraceiro Castro, assistente da Faculdade de Económicas do Porto; 2. Joaquim de Oliveira Santos, operário metalúrgico; 3. José da Silveira Domingues, independente, membro de uma comissão de trabalhadores do ramo da indústria química.

CASTELO BRANCO

1. Valter Martins Diogo, professor do ensino secundário, delegado sindical, 29 anos; 2. Francisco José dos Reis Alves, operário metalúrgico, 38 anos; 3. Ludgero Vicente Barroso, empregado de escritório e dirigente sindical, 22 anos; 4. Manuel de Jesus Carrilho Peixoto, serralheiro, 25 anos.

BRAGANÇA

1. Manuel Silveira Ramos, funcionário sindical.

COIMBRA

1. Celso Cruzeiro, membro do comité central; 2. João Baptista, dirigente sindical; 3. António Marques, professor; 4. Pio de Abreu, médico.

ÉVORA

1. Afonso Barros, membro do comité central; 2. Senhorinha Franco, operária da Cooperativa de Tapetes de Arraiolos; 3. Amílcar Canoa, trabalhador rural da comissão de trabalhadores da Cooperativa 6 de Agosto, 26 anos.

FARO

1. José Manuel Raimundo, montador electricista, 30 anos; 2. João da Mota Ferreira Luz, operário metalúrgico, 28 anos; 3. Noélia Correia Mateus da Costa Ventura, dactilógrafa, comissão de moradores do bairro Letes, 28 anos.

GUARDA

1. Luis Martins, membro do comité central; 2. Fernando Camilo, professor; 3. Luis Moura Pinto, independente, dirigente sindical de Gouveia.

LEIRIA

1. Rogério de Jesus, membro do comité central; 2. Adelino Leitão, engenheiro; 3. António Machado, operário metalúrgico.



LISBOA

1. Nuno Teotónio Pereira, 2. Eduardo Graça, 3. Augusto Mateus, 4. Marcolino Abrantes, (todos membros do comité central); 5. Manuel Pires, trabalhador fabril da CT da Lusalite; 6. Candido Rana, do conselho de trabalhadores da Petroquímica; 7. Agostinho Roseta, funcionário sindical; 8. José Ganhão, operário electricista, da CT da Standard Eléctrica; 9. António Machado (independente), poeta popular e vendedor ambulante, membro da C. Moradores da Q.t.ª das Fonecas; 10. José Martins, operário metalúrgico, delegado sindical da ITT; 11. Manuel Pereira, operário metalúrgico da Tabaqueira; 12. João Gracio, operário confeiteiro, dirigente sindical membro da comissão de moradores da Azinhaga das Salgadas e do secretariado da intercomissões dos Bairros Pobres; 13. António Bernardo, membro da comissão de trabalhadores da NCR; 14. Luis Milhano, operário textil da comissão de trabalhadores da Eurofil; 15. João Luis Silva, trabalhador do J. Pimenta e membro da comissão de Trabalhadores; 16. Carlos Lopes (independente), operário metalúrgico da empresa Baptista Russo.

PORTALEGRE

1. Júlio Martinho, operário textil, dirigente sindical e presidente da comissão administrativa da Camara Municipal de Portalegre.

PORTO

1. Alberto Martins, membro do comité central; 2. Jacinto Rodrigues, membro do comité central; 3. Francisco Vieira, operário textil, dirigente sindical.

SANTARÉM

1. Vítor Wengorovius, membro do comité central; 2. Edilberto Moço, membro do comité central; 3. Manuel Ferreira, campones; 4. Joaquim Maria das Neves, empregado da Previdencia Social; 5. Augusto Marques, (independente), comerciante; 6. Aníbal Joaquim, trabalhador rural na Cooperativa de Coruche.

SETÚBAL

1. Francisco Farrica, membro do comité central; 2. Eduardo Ferro Rodrigues, membro do comité cen-

tral; 3. Carlos Cabral, (independente), ex-diretor do Centro de Reforma Agrária de Alcácer do Sal; 4. Raúl Artifice, operário metalúrgico da SETENAVE; 5. António Cortes Simões, ex-subdirector do Centro de Reforma Agrária de Alcácer do Sal; 6. José Matos Cunha, membro da comissão de trabalhadores da SECIL.

VIANA DO CASTELO

1. Manuel Luís Adrião de Castro Brito, 25 anos, agente técnico; 2. Domingos José Soares Basto, 26 anos, maquinista; 3. Eugénio Silva Passos, (independente) 52 anos; tipógrafo compositor; 4. Armando Gomes, (ex-militante do PS, independente), 40 anos, serralheiro da marinha mercante; 5. José Barbosa Braga, 40 anos, serralheiro da marinha mercante.

VILA REAL

1. José Dias, 27 anos, empregado de escritório.

VISEU

1. Carlos Magalhães, electricista.

II — OUTROS CÍRCULOS ELEITORAIS

ANGRA DO HEROÍSMO

1. Alberto Manuel Sarmiento Azevedo Soares, 23 anos, estudante.

HORTA

1. Ruben Manuel Machado Menezes, 20 anos, funcionário público.

PONTA DELGADA

1. Eduardo José Azeredo Pontes, 39 anos, empregado de escritório.

FUNCHAL

1. Eduardo Alberto de Oliveira Allen, 32 anos, advogado.

EMIGRAÇÃO — EUROPA

1. António Maria de Sousa, 35 anos, professor.

EMIGRAÇÃO — OUTROS CONTINENTES

1. Carlos Henrique de Brito Mendes, 33 anos, psicólogo

Poder Popular

6 meses 1000 00

12 meses 2000 00

apoi 400 \$ 00

estrangeiro Europa 5000 00

Nóme

Morada

Profissão

Profissão

Jornal semanal — todas as 4.ª-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 26 83

Composição e Impressão
Renascença Gráfica, S.A.R.L.
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

Candidatura do MES pelo Poder Popular

Nas várias fases que desde o 25 de Abril, a luta de classes tem atravessado no nosso país, o Movimento de Esquerda Socialista demonstrou claramente a sua vocação unitária. Ao sectarismo e ao divisionismo estereis, característicos de certas organizações de esquerda, opusemos a nossa luta pela unidade comum de todos os progressistas, dos antifascistas e revolucionários agrupados sob a mesma bandeira: a bandeira do Poder Popular.

A força política que nos apoia na nossa luta pela unidade assenta no papel importante que tivemos nos momentos em que grandes passos em frente foram dados no processo revolucionário:

— no terreno da luta contra a guerra colonial, pela independência total e completa das colónias;

— no terreno da luta contra o fascismo pela destruição do aparelho de Estado fascista, pelo saneamento, esmagamento e castigo dos carrascos do Povo que durante 48 anos oprimiram a nossa Pátria;

— no terreno da luta anticapitalista, pelo controlo operário, pela adopção de medidas económicas como as nacionalizações e a Reforma Agrária que afrontassem o poder da burguesia;

— no terreno da organização popular, apontando e defendendo intransigentemente a edificação do Poder Popular, criando as condições para o exercício total do Poder pelas massas trabalhadoras organizadas.

A História da luta do nosso Povo desde o 25 de Abril está ainda por fazer, mas para nós é certo que estará decisivamente presente o papel da esquerda revolucionária e da sua alternativa política de massas e, assim, o nosso papel importante.

Assim, recusamos e repudiamos vivamente as teses reformistas que insistem em que a nossa apresentação nas eleições burguesas para o Parlamento divide o povo porque divide o voto dos progressistas. Tal argumento, para além de eleitoralista é grosseiro. O MES não tira votos à esquerda pois o MES é a esquerda. O MES não enfraquece a esquerda, pois a unidade do povo não se faz sem os revolucionários e muito menos contra os revolucionários! O combate ao fascismo e à recuperação capitalista, ao regresso dos patrões exploradores, à ofensiva contra as conquistas populares, não poderá triunfar sem os revolucionários e muito menos contra os revolucionários!

As eleições burguesas são parte do combate de classe; assim, o MES recusando a falsa unidade ou a unidade sem princípios, expressão máxima das manobras eleitorais dos reformistas e revisionistas, lutou com todas as suas forças pela unidade dos verdadeiros antifascistas, dos progressistas e revolucionários consequentes. Fomos derrotados pela arrogância sectária e pelo partidarismo de grupo e assim não conseguimos unificar sob a mesma bandeira as organizações anticapitalistas. Deste modo a nossa presença nas eleições é um imperativo político, pois é ela que verdadeiramente representa a verdadeira esquerda, a esquerda revolucionária anticapitalista, que se bate pela unidade do povo, contra o fascismo e pelo Poder Popular! O MES é a alternativa que poderá levar à prática o projecto político que assenta na resistência popular generalizada e prolongada ao poder da burguesia, erguendo a bandeira do Poder Popular contra a ameaça fascista que se dirige contra o nosso Povo.

Mas a candidatura dos revolucionários não representa os mesmos objectivos que as listas dos partidos burgueses. Nós sabemos que as eleições

burguesas nunca exprimirão a vontade e os interesses do povo trabalhador. Nós sabemos que as eleições burguesas são destinadas a legitimar o Poder repressivo e explorador das classes dominantes. Assim, nós dizemos que, seja qual for o resultado das eleições, qualquer que seja o Governo burguês que delas resultar, estas eleições representarão a afirmação do Poder dos exploradores, um passo importante na ofensiva da burguesia para recuperar as suas posições na opressão global das massas populares. Apesar de poderem ser significativas as alternativas de maioria eleitoral e parlamentar que se jogam entre os partidos da burguesia, todas elas exprimirão uma mesma vontade (que só se distinguirá pelos métodos a utilizar): aniquilar sem hesitações as conquistas que representam o poder directo da classe operária e do povo trabalhador sobre a produção e as condições de vida. Em termos mais amplos ou menos amplos, utilizando processos mais directamente repressivos ou mais requintados, de forma mais gradual ou mais rápida, qualquer dos hipotéticos Governos que saiam das eleições burguesas, tentará levar à prática um programa de repressão que não fugirá a essa linha.

Mas, o facto de as eleições serem burguesas e destinadas a darem legitimidade à repressão capitalista não significa que os revolucionários se devam abster de participar nelas. A candidatura revolucionária não pretende formar Governo a partir de eleições burguesas ou representar as massas em termos de votos expressos nas urnas. A candidatura revolucionária exprime a luta da classe operária e do Povo no terreno da burguesia, exprime a necessidade de organizar a resistência popular a todos os níveis, inclusivamente no Parlamento burguês.

Por isso, a alternativa do MES aponta a defesa do Poder Popular, aponta a organização generalizada da resistência popular ao fascismo.

Àqueles que nos acusam de divisionistas por apresentarmos listas de candidaturas às eleições para o Parlamento, respondemos com a afirmação de que para o nosso Povo é importante que a esquerda não tenha uma expressão monocórdia e reformista na Legislativa. Também aí é fundamental fazer ouvir a voz dos revolucionários; também aí há que erguer com vigor e determinação a bandeira vermelha do Poder Popular. Por isso nós não medimos a «utilidade do voto» nos mesmos termos em que o fazem os reformistas e revisionistas. Esses, vão mais uma vez iludir o Povo, fazendo-o acreditar na fatalidade da sua situação de explorados. Esses, vão mais uma vez mergulhar de olhos fechados numa campanha eleitoralista que admite a todos os níveis as regras do jogo que a burguesia impõe e limita. Assim, mais uma vez vão apresentar uma forma incorrecta e liquidacionista de luta contra o fascismo.

Para o MES o centro da luta de classes não será o Parlamento, estará na fábrica, nos campos e nas ruas, estará na luta de classes. As vozes da resistência popular no Parlamento servirão a luta global que terá lugar no nosso país: contribuirão para a firmeza e determinação das massas, cimentarão a organização e unidade do Povo, combaterão sob a bandeira do Poder Popular.

Defendendo os interesses imediatos e históricos das massas populares, o MES apresenta-se nas eleições apoiando e apoiando-se na luta da classe operária e do Povo trabalhador; deputados revolucionários do MES serão deputados dos órgãos de massas dos trabalhadores, serão deputados do Povo, serão deputados do Poder Popular!

**MES: UNIDADE DO POVO CONTRA O FASCISMO
PELO PODER POPULAR!
A LUTA CONTINUA!
OS TRABALHADORES VENCERÃO!**

O próximo dia 11 é 11 de Março

Apesar de o golpe reaccionário de 25 de Novembro de 1975 ainda estar fresco na memória do Povo português, todos se lembram, concertada, de um outro golpe anterior a este que só não teve as mesmas consequências porque os trabalhadores souberam dar-lhe uma resposta firme.

Foi o golpe de 11 de Março de 1975.

Em 11 de Março do ano passado, a burguesia e os seus agentes conseguiram assassinar um camarada soldado durante um ataque criminoso ao RALIS, mas a pronta resposta popular não só impediu que os reaccionários avançassem, como também impôs que fossem tomadas medidas revolucionárias enérgicas. Assim se fizeram as nacionalizações e ficou aberto o caminho para as novas vitórias que se seguiram.

Já anteriormente, em 28 de Setembro, tinha tentado inverter o curso do processo revolucionário.

Perante a força do movimento popular, que foi crescendo cada vez mais intensamente desde o 25 de Abril, e as vitórias que os trabalhadores iam alcançando os exploradores fizeram todas as tentativas para recuperar o terreno perdido.

Essas tentativas foram variadas. Umas palacianas, outras através de pretensas acções de

massas, outras ainda militares e violentas, de tentativa em tentativa, e perante a habitual resposta conciliatória dos reformistas, os reaccionários ganharam a força suficiente para, através de uma gigantesca provocação, darem o seu golpe vitorioso. Foi o 25 de Novembro de 1975.

Pergunta-se: A burguesia está satisfeita?

Responde-se: Conforme...

Conforme lhe correrem os próximos tempos.

Embora lhe interesse manter em funcionamento as instituições democrático-burguesas para «Mercado Comum ver» e para «capital se desenvolver» interessa-lhe sobretudo que o Governo resultante das eleições seja uma boa equipa de caceteiros que ponha os operários a produzir e os patrões a arrecadar.

Com tanta confusão à mistura, isto é, pactos e mais pactos, indecisões quanto ao futuro Presidente da República (com tantos poderes), a Força Aérea a passear-se quase todos os dias e GNR's a concentrarem-se no Campo Grande, dá a impressão que a burguesia ainda não tem a certeza de conseguir o Governo reaccionário «ideal».

Assim, nunca se sabe o que pode acontecer!

De qualquer maneira, lembremo-nos:

O próximo dia 11 é 11 de Março!

A LUTA DOS BAIRROS POBRES

Intercomissões de bairros de lata e bairros pobres de Lisboa

Importantes decisões

A Intercomissões de bairros de lata e bairros pobres de Lisboa desenvolve a sua actividade desde o final de 1974 e tem tido um papel de destaque no movimento popular, principalmente em alguns períodos (1) De facto, principalmente entre Abril e Junho de 1975, a Inter conseguiu grande poder de mobilização, bem claro na manifestação de 17 de Maio, e ainda na forma como, quer em plenários da própria Inter, quer em Plenários de Bairro, se conseguiu construir um programa de luta e uma organização comum a quase todos os bairros.

Este período de maior força seguiu-se a quase seis meses de trabalho sistemático e paciente de um pequeno número de comissões de moradores que vieram a estar na base de todo o processo.



AGOSTO/SETEMBRO. INÍCIO DE UM PROCESSO DE DESMOBILIZAÇÃO

No entanto, o período de Agosto/Setembro de 1975 corresponde a grande desmobilização do trabalho da Inter. Não nos é possível aqui referir a fundo quais as causas e como se deu essa desmobilização. Podemos no entanto afirmar que, por um lado, se perdeu vigor na luta reivindicativa (em parte como resultado da grande instabilidade do Poder político) e que, por outro lado, se fizeram sentir as manobras de destruição do «Poder Popular» levadas a cabo pelos reformistas ao criarem «Assembleias Populares» fantasmas (2), na base de «Secretariados de Zona» instrumentalizados e que nada tinham a ver com a luta dentro dos bairros. Para estes processos foram arrastadas várias comissões de moradores o que veio a provocar importante desmobilização e divisionismos na Inter.

Chegamos a Outubro com uma situação de impasse e desmobilização no seio da Inter ao mesmo tempo que o movimento popular é marcado por grande agitação mas sem encontrar o ca-

minho do reforço organizativo e de clareza de objectivos políticos que só uma direcção política revolucionária podia dar. Em Outubro/Novembro verifica-se portanto uma total desmobilização da Inter enquanto instrumento de coordenação e unificação da luta.

NOVA TENTATIVA DE INSTRUMENTALIZAÇÃO

É nesta altura que se começa a verificar a tentativa de criar uma única intercomissões de moradores na zona de Lisboa. Esta tentativa ganha forças após a criação do chamado «Secretariado Provisório dos Órgãos de Vontade Popular» poucos dias após o 25 de Novembro, na Baixa da Banheira. Nas comissões de moradores da zona de Lisboa o processo é conduzido pelo secretariado das «CRAMO» e ainda por mais algumas CM's, incluindo elementos de bairros-da-lata e bairros pobres. É defendida a exclusão de «comissões de moradores burguesas» e (ou) dependentes das juntas de freguesia. Defende-se a constituição imediata de

um secretariado de cm's da zona de Lisboa na base de que é urgente avançar com a «união de todo o povo».

É assim que de uma reunião em que estavam presentes representantes das «CRAMOS» de algumas cm's de bairros-da-lata e várias outras cm7s vem sair um programa de luta e uma proposta de intercomissões de Lisboa que imediatamente são divulgados como tendo o apoio da Inter de bairros-de-lata e bairros pobres de Lisboa. (o jornal República) e a TV dão bastante relevo a esta reunião). Estava em andamento um processo grave que abria claramente para a criação de mais um órgão de cúpula que não poderia ter qualquer papel senão o de desarticulação ainda mais o movimento popular. E porque? Basta dizer que o programa de luta e a proposta de organização não tinham passado sequer pelas CM's dos bairros-da-lata e ridiculamente o programa de luta não incluía nenhuns dos pontos fundamentais

para os moradores daqueles bairros. Basta dizer que todo o terreno estava criado a comissões de moradores «fantasmas» sem qualquer ligação à população e que não espanta ganhassem maioria no secretariado (dado o seu grande número e disponibilidade para estas tarefas...).

UMA RESPOSTA FIRME...

No entanto vem a haver uma resposta firme por parte de algumas das comissões de moradores que mais activamente e desde o início estiveram na base da inter bairros-de-lata e pobres.

Esta resposta baseia-se nos seguintes pontos:

— Reforço da autonomia organizativa da Inter não permitindo o seu desaparecimento;

— Avançar com um programa de luta comum aos bairros-da-lata tendo

por base as principais necessidades dos moradores e que seja amplamente discutido nos bairros;

— Criar conselhos de zona agrupando CM's dos bairros-da-lata a fim de dar mais solidez organizativa e maior poder de mobilização à Inter.

— Combater os grupos que chamando-se «comissões de moradores» não tem qualquer ligação aos moradores explorados da zona que dizem representar e que só servem para lançar confusão e divisão no seio do movimento popular;

— Assim defende-se que a articulação com outras CM's deverá ser feita principalmente a partir de iniciativas concretas em cada zona.

É assim que são imediatamente convocadas reuniões da Inter abertas apenas a bairros-da-lata e bairros pobres e tendo como luta comum a do realojamento. Ao mesmo tempo, a partir do trabalho de várias CM's e de plenários da população destes bairros, surgem propostas de programa de luta (para os bairros-de-lata e pobres) de reestruturação da Inter e de coordenação da Inter com outras CM's. Estas

propostas foram amplamente divulgadas a todas as cm's e constituem um passo importante no vencer da confusão e desmobilização existentes. A sua aprovação no plenário da Inter de 28/2, segue-se, pois, a um processo de discussão nos bairros e é uma importante vitória. Tudo dependerá agora da capacidade de levar à prática as decisões tomadas e de manter um combate firme a posições desmobilizadoras ou mesmo divisionistas, como as que atrás referimos.

Transcrevemos em seguida as duas propostas aprovadas e que traduzem bem posições pelas quais o MES se tem batido não só no terreno das palavras mas também na sua prática organizativa e dirigente.

Notas:

(1) — Sobre este ponto ver os E.S. n.º 5, 17, 30.

(2) — Podemos afirmar que, sem qualquer dúvida, apenas duas assembleias populares da zona de Lisboa o eram de facto e mesmo assim com grandes limites.

O DIA DO CAMPO

Enquanto os «testas-de-fila» da Confederação dos Agricultores de Portugal, vêm à televisão fazer propaganda dos seus objectivos, impulsionando assim a gigantesca manobra de manipulação que têm vindo a desenvolver junto do campesinato do Norte e Centro do País, as tentativas de ligação cidade/campo têm-se vindo a multiplicar entre trabalhadores que vêm descobrindo a necessidade de unidade entre os explorados, quer o sejam nas fábricas ou nos campos.

No passado domingo, dia 7, uma dessas jornadas de ligação e apoio entre os trabalhadores urbanos e do campo foi levada a cabo pela Cooperativa de Habitação «Portugal Novo», pelas comissões de moradores do Bairro das FONSECAS e do Rego.

Estivemos na Cooperativa de Habitação «Portugal Novo» onde falamos com um dos seus membros acerca deste acontecimento.

PP — Como vos ocorreu a ideia de promoverem este «dia do campo» e qual a sua finalidade?

R — A ideia veio-nos após a venda feita no campo das cebolas. Anotámos os erros, vimos as possibilidades de uma realização se-

altos. Eliminamos assim os intermediários que açambarcam os produtos para os fazerem atingir preços altamente lucrativos para eles.

PP — Qual foi a recepção à ideia por parte dos trabalhadores das cooperativas agrícolas que vocês contactaram?

R — Foi muito boa! Eles apenas lamentaram não ter maior variedade de produtos para fornecer. Por exemplo trouxemos pouco azeite, pois a esta hora já se esgotou!

PP — E aqui no bairro qual foi a resposta das pessoas?

R — Como era de prever foi boa. Veja que estão à venda legumes e verduras a preços em média inferiores em 4\$00-5\$00 aos da loja.

PP — Há já alguma ligação que tenham tirado deste dia?

R — Sim. A do transporte. Inicialmente entrámos em contacto com a CT do J. Pimenta para que nos fornecessem uma viatura para o transporte dos pro-

ductos agrícolas para cá. Infelizmente tal não foi possível e tivemos que alugar uma camioneta, o que levou a um aumento de preços dos produtos à venda que não esperávamos. Este pormenor dos transportes tem de ser visto com atenção, pois com um pouco de esforço talvez se resolva, e com resultados muito favoráveis nos preços claros.

E quando saímos, lá continuava a venda. Enquanto a canalha reaccionária tenta mobilizar os pequenos camponeses nortenhos contra os seus irmãos operários dizendo-lhes que estes lhes querem tirar as terras ou que «comam omeletes de parafusos!», a ligação entre os explorados dos campos e das cidades aumenta, a solidariedade solidifica-se, e assim a resistência ao avanço da direita vai ganhando formas concretas e sólidas.

PP — Pensam manter esta experiência de ligação directa com as cooperativas?

R — Sim. Para a semana vamos tentar trazer fruta,



1. Reestruturação da Intercomissões

1) Considerando que os problemas dos bairros-da-lata são específicos, e por esse facto estão estes bairros inseridos no processo SAAL, não podendo por isso ser discutidos no conjunto com os problemas totais da habitação em geral do País, mas sim serem discutidos apenas pelos moradores das zonas degradadas, propomos a reestruturação da intercomissões nos termos seguintes:

a) — A intercomissões de bairros-da-lata e bairros pobres de Lisboa mantêm-se como organização autónoma que agrupa as comissões de moradores e outras organizações populares representativas da população daqueles bairros na sua luta pelo realojamento, por novas casas para todos os moradores.

b) — Que a intercomissões dos bairros-de-lata e pobres seja composta apenas pelas comissões destes bairros.

c) — Que os bairros-de-lata sejam divididos por zona (conselhos de zona), onde será eleito um secretariado que nomeará o seu representante para a coordenadora da intercomissões.

d) — As reuniões do conselho realizar-se-ão conforme decisão das suas comissões e rotativamente em cada bairro nele representado.

e) — A intercomissões reunirá de mês a mês. Reúne-se extraordinariamente sempre que um conselho de zona o solicite ou a coordenadora da Inter o solicite, a fim de tratar de assuntos referentes à habitação, processos de luta, etc.

f) — Nas reuniões da intercomissões só podem intervir e com direito a voto os representantes de

cada bairro e da comissão de moradores.

Todas as pessoas estranhas aos bairros podem assistir às reuniões mas como observadores, não tendo direito a voto nem a intervenção.

2) Funções da coordenadora da intercomissões

a) — A coordenadora da Inter terá como função secretariar as reuniões, fazendo as respectivas actas.

b) — Será a representante da Inter junto dos órgãos oficiais e excurtará junto dos mesmos as exigências e reivindicações que a assembleia aprovar como processo de luta.

c) — A coordenadora manterá em nome da Inter contactos com outras organizações populares fora do processo de realojamento, tais como CMS de outras zonas, CTS, etc.

d) — Nos bairros-de-lata que ainda não estejam integrados no SAAL, deverão os conselhos de zona proceder a esclarecimentos junto das populações a fim de se organizarem e integrarem este processo para uma habitação decente.

e) — A coordenadora tem local fixo de funcionamento.

Aprovado em plenário da Inter a 28/2/76

Nota: Foram definidas cinco zonas na cidade de Lisboa.

2. Coordenação da Intercomissões com as outras Comissões de Moradores

1 — A coordenadora da Inter de Lisboa procurará para já ter contactos regulares com a Inter dos arredores. Tentaremos chegar a um programa de luta comum e nos plenários de cada uma das Inter deverão estar sempre, como observadores, elementos da coordenadora (ou do secretariado) da outra. Lutamos assim, por um forte movimento comum aos bairros-de-lata e pobres de Lisboa e arredores.

2 — Devem manter-se entre outras as estruturas de coordenação das CMS que já existem em Lisboa — Inter de bairros-de-lata e bairros pobres. É correcta a constituição de um secretariado conjunto com representantes destas organizações, respeitando os seguintes princípios:

— que as decisões do secretariado (ou coordenadora) a constituir tenham de ser confirmadas pelas organizações que aí estão representadas. Não podem portanto os delegados da Inter de bairros-de-lata e bairros pobres definir a sua posição sobre assuntos importantes sem o plenário da Inter se pronunciar;

— qualquer programa de luta a aprovar terá de ser discutido nas comissões de moradores e assembleias de bairro;

— a Inter de bairros-de-lata e pobres deve ter pelo menos metade dos membros do secretariado ou coordenadora a constituir;

— impedir a infiltração de falsas comissões de moradores, sem ligação à população da zona que representam.

Aprovado em plenário da Inter a 28/2/76



por parte da FSP e os «cálculos científicos» da UDP que lhe garantiriam pelo menos 3 deputados e ainda a eleição na sua terra natal do amigo do social-democrata Mário Soares, Palma Inácio, por isso mesmo abandonado pelos militantes revolucionários da LUAR, cabendo ao MES pela sua «boa acção» a possibilidade de eleger um deputado, o segundo de Lisboa. Para uma e para outra o MES queria ir longe demais, queria uma unidade «idealista»

QUE QUERÍAMOS NÓS AFINAL?

Queríamos fazer do momento eleitoral, um momento de afirmação da unidade das forças revolucionárias e anti-fascistas, e com este objectivo não

Se idealismo houve da nossa parte foi o de tudo fazermos para, em esforço sério de unidade, chamar à realidade dura da situação política actual o esquerdismo de forças como o PRP que saltando directamente do triunfalismo de antes do 25 de Novembro para o desprezo das formas mais atrasadas e difíceis de luta e preferindo continuar a falar em fantasmas como os «Conselhos Revolucionários» se desligou desde logo de qualquer plataforma unitária e chamar igualmente à realidade dura da situação política actual o eleitoralismo de forças como a FSP e a UDP que sem cortarem as amarras com o reformismo de diversos matizes se aliaram objectivamente com o conluio dos Partidos que planeavam e executariam, no âmbito do Pacto com as



UNIDADE E RESISTÊNCIA

Unir o povo, combater e esmagar a ameaça fascista e lutar pela defesa da alternativa revolucionária do Poder Popular são os objectivos centrais que orientarão a acção do Movimento de Esquerda Socialista na frente de luta política que se abre com as eleições para as legislativas.

A candidatura do MES é uma candidatura de unidade e resistência populares. O MES apresenta candidaturas para dar combate aos Partidos burgueses e eleger deputados revolucionários que no Parlamento servirão o povo. O MES apresenta candidaturas sabendo que a única força capaz de se opor à ameaça fascista é a força do movimento popular de massas. Por isto o MES dirigirá o esforço principal para a organização da resistência popular à ofensiva da burguesia que visa, pela repressão e exploração, vergar o povo trabalhador à sua odiosa ditadura de classe.

O MES, partido de esquerda revolucionária, aprovou no seu II Congresso uma política firme de unidade, uma política de unidade dos revolucionários e anti-fascistas contra a ofensiva burguesa e o avanço da direita. Conseqüentes com essa política desenvolvemos todos os esforços para que os revolucionários e anti-fascistas não se apresentassem divididos nestas eleições. FSP, PRP, e UDP foram as forças que contactamos nesse sentido.

Nos contactos com a FSP e a UDP ficou claro o que movia essas duas forças em matéria de «unidade», a saber, o eleitoralismo e a auto-afirmação partidária. Com efeito para a FSP tratava-se de obter a colaboração do MES para meter Manuel Serra na Legislativa, e para a UDP tratava-se de obter a colaboração do MES para garantir a eleição de um deputado por Lisboa, quase de garantir a de outro pelo Porto, avalizar em Setúbal a sua campanha de auto-afirmação e remediar as suas fraquezas em Beja, Santarém e Faro.

É assim que, quer a FSP quer a UDP nada disseram acerca da Plataforma Política que lhes propusemos.

É assim que a FSP e a UDP apenas viam a possibilidade de listas conjuntas subordinada à eleição de deputados.

Ou seja, quer para uma quer para outra a unidade não passava de uma «unidade» eleitoralista, uma falsa unidade ao serviço dum eleitoralismo em ponto pequeno e de ridículas proporções face ao eleitoralismo dos Partidos burgueses.

Como justificação ficam os intermináveis argumentos acerca das ideias fixas de cada uma, isto é, as «insubstituíveis qualidades» de Manuel Serra

respondíamos apenas à nova linha política desenvolvida e aprofundada no nosso II Congresso, respondíamos igual e principalmente aos desejos de milhares de trabalhadores em todo o País que vêm na unidade o caminho para o combate ao fascismo e ao capitalismo.

MAS UNIDADE PARA QUÊ?

Queríamos unir revolucionários e anti-fascistas para combater a burguesia no seu próprio terreno, é certo, mas não só, unir os revolucionários e anti-fascistas para fornecer aos operários e ao povo uma alternativa ao reformismo, uma alternativa segura de voto capaz de colocar nas Legislativas deputados que que lhe dessem a palavra, que defendessem intransigentemente os seus interesses e direitos e que servissem o combate sem tréguas ao avanço do fascismo e à ofensiva burguesa que, no entanto, só na organização e luta das massas populares encontrará a força necessária para sair vitorioso.

UNIDADE SÓ NO TERRENO ELEITORAL?

Não, queríamos uma unidade mais ampla, uma unidade capaz de dinamizar a organização da resistência popular contra a repressão, a exploração, a miséria e a mentira.

Este era o nosso objectivo bem expresso na plataforma que propusemos às várias forças políticas. Plataforma de luta contra a repressão, contra a exploração e a miséria, contra a mentira, pela liberdade e democracia, contra o fascismo, pelo socialismo, contra o capitalismo, pela independência nacional contra o imperialismo.

Queríamos algo impossível? Sabemos que, para vastos sectores do nosso povo queríamos o absolutamente necessário!



Forças Armadas a caminho da profissionalização, a manobra do prazo de seis dias para apresentação de candidaturas e constituição de frentes eleitorais.

Esquerdismo e reformismo, eleitoralismo e política de grupo prevaleceram em forças que deste modo prestaram um mau serviço à causa da luta anti-fascista e anti-capitalista.

Confiantes de que as massas, pelas responsabilidades que já assumimos no movimento operário e popular, saberão reconhecer os nossos esforços no sentido duma real unidade dos revolucionários, dos anti-fascistas e do movimento popular, esforços que vêm desde antes do 25 de Abril e encontram na defesa da unicidade e democracia sindicais, na defesa do Poder Popular, do documento guia Povo/MFA, do documento do COPCON, e na constituição da FUP e da FUR uma tradição já rica, cedemos em não apresentar listas conjuntas em todos os distritos, cedemos em satisfazer o apetite eleitoralista da FSP e da UDP oferecendo-lhes a cabeça da Lista de Lisboa. A FSP e a UDP preferiram assim a divisão à unidade, a política de grupo à política das massas populares.

Com a força que nos dá o facto de termos sido a única organização que desenvolveu esforços sérios e reais para unir os revolucionários e anti-fascistas, continuaremos a luta pela unidade do povo e do movimento de massas no combate ao fascismo, ao capitalismo e ao imperialismo.

UNIR O POVO PARA RESISTIR AO FASCISMO! LUTAR PELO PODER POPULAR PARA VENCER O CAPITALISMO!

Lisboa, 8 de Março de 1976
O Comité Central do Movimento de Esquerda Socialista

PLATAFORMA POLÍTICA ELEITORAL

(texto apresentado à UDP e FSP)

As eleições para a Assembleia Legislativa constituem um terreno, bem como o próprio Parlamento, que os revolucionários não podem desprezar e onde há que organizar o combate à burguesia.

A situação política actual caracterizada pelo avanço da ameaça fascista e da ofensiva burguesa exige a unidade dos revolucionários, única forma conseqüente de lutar pela unidade do movimento popular de massas — força decisiva no combate ao fascismo — e de organizar a resistência popular debaixo de uma orientação anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista.

A candidatura unitária das forças revolucionárias para além de assegurar a eleição de deputados revolucionários, que pode ficar comprometida com candidaturas isoladas, deve ser considerada como um momento duma tarefa mais vasta, isto é, a da organização da resistência popular e da construção de uma sólida unidade entre todos os revolucionários capazes de responder às questões centrais que se colocam ao movimento operário e popular — defesa das conquistas revolucionárias, resposta à repressão e à exploração, combate às desocupações, desnacionalizações, regresso dos patrões, defesa da unidade e democracia sindicais, luta salarial e económica, contratação colectiva, combate à subida do custo de vida e da resolução da crise económica à custa dos trabalhadores.

I — FRENTE ELEITORAL

A unidade dos revolucionários dever-se-ia expressar nas eleições legislativas em torno de uma frente eleitoral, constituída em torno de uma plataforma mínima e com expressão nacional, isto é, na apresentação de candidaturas unitárias em todos os distritos.

Construída em torno de uma plataforma mínima, quase exclusivamente tática, esta unidade deveria levar a uma Campanha em que para além de realizações conjuntas, as várias forças revolucionárias não perderiam a sua autonomia nem se diluiriam na frente eleitoral articulando a sua própria campanha com essas realizações conjuntas e com a plataforma mínima.

II — REALIZAÇÕES CONJUNTAS

1. Proclamação à classe operária e ao povo português no início da Campanha;
2. Comícios/sessões de esclarecimento (nomeadamente a encerrar a Campanha);



3. Agitação e propaganda (cartazes, folhetos, etc.);
4. Utilização em conjunto de parte do tempo de antena;
5. Criação de Comissões de apoio à candidatura (locais e sectores sócio-profissionais);
6. Tratamento das frentes parciais (jovens, mulheres, etc.).

III — REALIZAÇÕES AUTÓNOMAS

1. Utilização de parte do tempo de antena;
2. Todas as que não violem o sentido geral de candidatura.

IV — ORIENTAÇÃO GLOBAL

Como orientação global da frente eleitoral teríamos os seguintes princípios:

1. Eleger deputados revolucionários;
2. Desmascarar o sentido burgues das eleições e combater as ilusões democrático-burguesas;
3. Desmontar a ofensiva burguesa em marcha;
4. Alertar para a ameaça fascista que avança;
5. Chamar as massas à luta contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo;
6. Combater os Partidos fascistas e fascizantes;
7. Combater a social-democracia, o reformismo e o esquerdismo;
8. Propagandear os grandes objectivos da luta pela democracia, pela liberdade, pelo socialismo e pela sociedade sem classes.
9. Propagandear as lutas da classe operária

e do povo contra a exploração e a opressão, a repressão e a miséria.

V — COMPOSIÇÃO DAS LISTAS

As listas devem ser compostas numa base que respeite o peso real actual das diversas forças nos vários distritos, assegure a mais larga inclusão de independentes (membros da C. T.'s, C. M.'s, Sindicatas, militantes gozando de prestígio entre o povo) e garanta um forte peso operário num largo leque de camadas populares e sectores profissionais. As listas deverão se encabeçadas:

- a) Nos distritos onde seja inviável a eleição de deputados; por um militante da força que nitidamente tenha maior implantação e prestígio entre as massas ou por um independente;
- b) Nos distritos onde seja viável a eleição de deputados; por militantes das várias forças, respeitando a indicação de a) e articulando as várias hipóteses distritais com a possibilidade de substituição ao longo dos quatro anos de vigor da legislação.

VI — PLATAFORMA MÍNIMA

Unidade Revolucionária Anti-fascista e anti-capitalista pelo Socialismo

- a) Lutar contra a repressão
- b) Lutar contra a exploração e a miséria

Continua na pag. 8

MULHER! não fiques para trás!



O 8 de Março é o dia Internacional da Mulher Trabalhadora.

A ideia desta celebração resultou da tomada de consciencia do movimento operário do problema específico do proletariado feminino, e foi proposta durante a Conferencia Internacional da Mulher preparatória da Reunião da Internacional Socialista realizada em Copenhaga em 1910.

Os acontecimentos que estão na origem desta tomada de posição decorreram dois anos antes, em Nova Iorque, quando um grupo de operárias da fábrica textil Cottan entraram em greve para conseguirem melhores condições de vida e de trabalho. Os patrões cercaram a

fábrica impedindo-as de contactarem os camaradas dos sindicatos e das outras fábricas vizinhas tentando desta forma impedir o alastramento da greve.

Tendo subitamente irrompido um incendio na fábrica, poucas conseguiram romper as barricadas que as mantinham

presas e escapar com vida.

Estas camaradas ao fazerem greve batiam-se por um horário justo, pela igualdade de salários, contra as condições desumanas em que eram forçadas a trabalhar.

Combateram, lutaram e morreram num esforço revolucionário levado até ao fim.

OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO

Desde sempre a afirmação das capacidades de luta revolucionária da Mulher Operária tem sido um factor importante não só na sua emancipação, mas também na luta mais geral de todo o proletariado para a construção de uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados.

As lutas de libertação, nas quais a participação activa da mulher não se distinguem da do homem, como as lutas do Vietname, Camboja, das ex-colónias portuguesas permitiram que se ultrapassasse o fatalismo da inferioridade feminina.

Devido à necessidade sentida por esses povos de aproveitar todos os esforços disponíveis, «a mulher lutou heroicamente em todas as frentes, fazendo avançar e consolidando a Revolução, desferindo golpes tremendos às forças colonialistas e reacçãoárias». (Samora Machel)

QUAL A NECESSIDADE DA EMANCIPAÇÃO DA MULHER?

«A emancipação da mulher não é um acto de caridade, não resulta du-

ma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo. A Revolução tem por objectivo essencial a destruição do sistema de exploração a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher.

Duma maneira geral, no seio da sociedade, ela aparece como o ser mais oprimido mais humilhado, mais explorado. Ela é explorada até pelo explorado, batida pelo homem rasgado pela palmatória, humilhada pelo homem esmagado pela bota do patrão.

Como fazer trinunfar a Revolução sem libertar a mulher? Será possível liquidar-se o sistema de exploração mantendo uma parte da sociedade explorada? Não se pode liquidar só uma parte da exploração e opressão, não se pode arrancar metade das raízes da erva ruim sem que esta renasça mais forte ainda a partir da outra metade que sobreviveu.»

(Samora Machel)

O 8 de Março não pode ser encarado como um dia isolado na luta de emancipação da mulher. Esta é uma frente de luta que se desenvolve diariamente, na fábrica no bairro, no lar, etc, e que se integra na luta mais geral de todos os trabalhadores contra a dominação da sociedade capitalista.

COMPANHEIRA.

Porque vi mais homens na manifestação De punhos erguidos contra o patrão?

Porque não pegaste naquele jornal Que falava das lutas pela Revolução?

Porquê esse atraso E espreitas os passos da que já avançou?

Quem mais do que tu tem gritos calados

Qntem esmagados por quem te explorou?

Se tu estás na fábrica, no campo, na escola

E ao lado do homem lutas pelo pão.

Não vês que um só mi-

luto dessa indecisão

Pode fechar a fábrica e abrir a prisão

Para os que lutam pela destruição do capitalismo.

Porque não vens dar a tua mão

Para a construção do socialismo?

Porque só contigo daremos o empurrão

Que derrube de vez esta servidão

De ter meia dúzia a mandar num milhão!

• Este poema é tirado do Bole- tim da Comuna Cultural — Al- justrel n.º 5 «O Companheiro»

Plataforma eleitoral

Continuação da pág. 7

- c) Lutar contra a mentira
- d) Lutar pela liberdade e pela democracia, contra o fascismo
- e) Lutar pelo socialismo contra o capitalismo
- f) Lutar pela independência nacional contra o imperialismo

A) LUTAR CONTRA A REPRESSÃO

1. Defesa da organização de massas dos trabalhadores (C. T.'s, C. M.'s, Assembleias Populares, Sindicatos, Ligas, etc.)

2. Defesa da liberdade de reunião, associação, organização e manifestação.

3. Luta pela libertação e reintegração dos militas anti-fascistas e revolucionários presos.

4. Denúncia da libertação dos reacçãoários e Pides e da reintegração; dos fascistas e reacçãoários saneados das empresas, Estado e Forças Armadas e vigilância sobre a acção dos fascistas e reacçãoários.

5. Denúncia da profissionalização das Forças Armadas, do armamento da PSP e GNR, do reactivamente da Policia de choque e da criação de uma nova policia politica.

B) LUTAR CONTRA A MISÉRIA E A EXPLORAÇÃO

1. Lutar pela melhoria das condições de trabalho e de vida

— aumento dos salários e redução dos leques

— redução do horário e dos ritmos de trabalho e limitação das horas extraordinárias

— congelamento do preço dos produtos essenciais

— proibição dos despedimentos colectivos e sem justa causa

— defesa das ocupações e dos abaixamentos de rendas

— realojamento, educação, saúde e transportes melhores e mais baratos.

2. Consolidação das nacionalizações e da Reforma Agrária

— desmantelamento dos grupos financeiros

— desenvolvimento do controle operário

— organização dos trabalhadores rurais garantindo a gestão colectiva das herdades e cooperativas e a organização do campesinato pobre com vista à resolução dos seus problemas mais imediatos em ligação crescente com os trabalhadores rurais e a classe operária.

3. Combate à reconversão capitalista da economia portuguesa

— contra o aumento dos horários e ritmos de trabalho

— contra o regresso dos patrões

— contra o manietamento da contratação colectiva

— contra o boicote às empresas geridas pelos trabalhadores

— contra a politica que visa fazer dos sectores

s. Poder Popular

nacionalizados a base de acumulação do capital privado e preparar o enfeudamento de Portugal ao capital estrangeiro

4. Combate à política anti-popular do VI Governo

C) LUTAR CONTRA A MENTIRA

1. Criar imprensa e meios de informação populares nas fábricas, bairros, regiões.

2. Defender os meios de comunicação progressistas e lutar pela integração dos trabalhadores da informação saneados à esquerda.

3. Desmascarar as calúnias e mentiras da burguesia e lutar contra o isolamento das lutas do povo trabalhador

D) LUTAR PELA LIBERDADE E PELA DEMOCRACIA CONTRA O FASCISMO

1. Lutar pela liberdade de reunião e informação em todos os locais especialmente nos quartéis.

2. Lutar contra a reorganização dos fascistas e do aparelho repressivo do Estado.

3. Lutar contra as leis de excepção (que permitem a prisão dos militares anti-fascistas e revolucionários presos, por exemplo) e a ingerencia do Estado nas organizações dos trabalhadores. Lutar pela acção determinante das massas trabalhadoras nas leis que lhes dizem mais directamente respeito.

4. Lutar contara a profissionalização das FFAA.

E) LUTAR PELO SOCIALISMO CONTRA O CAPITALISMO

1. Organizar a resistência popular numa perspectiva anti-fascista e anti-capitalista.

2. Denunciar a base económica e social do fascismo: a exploração capitalista e sectores da burguesia.

3. Apontar a luta pelo socialismo, como a luta pelo Poder dos trabalhadores sob a direcção da classe operária, como o objectivo sem o qual a luta imediata não tem sentido.

F) LUTAR PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL CONTRA O IMPERIALISMO

1. Contra a venda do Pais ao imperialismo

— empréstimos sobre o ouro

— investimentos estrangeiros

2. Contra o enfeudamento aos interesses económicos e militares do imperialismo norte-americano

3. Pelo reforço das relações com os países progressistas e as nações anti-imperialistas, nomeadamente as ex-colónias.

4. Contra os acordos e disputas entré as grandes potencias que fazem joguete do nosso povo.

Sacor, Sonap, Cidla, Petrosul

A teimosia do Governo prolonga a luta...

Terminara ontem à meia-noite o prazo dado pelos 6500 trabalhadores da Petrogal (empresa pública que engloba o sector petrolífero nacionalizado — Sacor, Sonap, Cidla e Petrosul) para verem aprovados os estatutos do sector petrolífero, consubstanciando a fusão das empresas do sector, nacionalizadas já há vários meses.

Deste modo, a luta dos trabalhadores — cuja duração será determinada pela teimosia do Governo em satisfazer as suas justas aspirações — entrou em nova fase: O pessoal da distribuição passou, da não realização de horas extraordinárias à situação de greve de zelo, ao mesmo tempo que todos os trabalhadores dos diversos sectores da indústria petrolífera nacionalizada se recusam à realização de horas extraordinárias.

Esta simples medida é suficiente para muito rapidamente — salvaguardados os casos excepcionais (centrais termoeléctricas, hospitais e bombeiros) — afectar o abastecimento não só de gasolina; mas também de gás e até de electricidade.

Em menos de uma semana estas medidas poderão influenciar a paralisação de cerca de setenta por cento do sector energético nacional.

Acerca da luta dos trabalhadores da Petrogal, dificuldades que tem encontrado e objectivos que prosseguem, reproduzimos extractos de um comunicado distribuído à imprensa pela comissão central de trabalhadores.

A SITUAÇÃO DA EMPRESA

A Petrogal (Empresa Pública de Petróleos) é uma empresa que foi criada, segundo cremos, para ser colocada ao serviço do Povo.

Dentro desta linha de pensamento, os trabalhadores dos quatro sectores da Petrogal tem desenvolvido uma actividade já bem conhecida de uma grande parte do Povo português. Tudo tem feito para que a empresa seja na realidade posta ao serviço exclusivamente de quem trabalha.

Grandes tem sido os obstáculos. Uns de natureza burocrática, outros de natureza operacional e outros de natureza política. A seguir indicamos alguns deles:

Nós entendemos que ao fazerem-se nacionalizações dentro de um sector como o de petróleo, deviam ser imediatamente publicadas leis adequadas, para que as nacionalizações não se voltassem precisamente contra os interesses do Povo.

Para nós, se essas leis

ainda não foram feitas, é porque ainda há em alguns sectores políticos a pretensão de defender o capitalismo em detrimento dos reais interesses de quem tem sido sempre explorado neste País.

Os trabalhadores da EPP não fazem a gestão da empresa. No entanto, estão atentos a esta situação e não permitirão, através dos seus órgãos de controlo, qualquer acção que venha por em causa os reais interesses da colectividade.

É significativo que os sectores que compõem esta empresa (Cidla, Sacor Sonap e Petrosul) já tinham sido nacionalizados há quase um ano, sem que, até hoje haja sido aprovado o respectivo estatuto. Ora, sem estatutos não há:

— uma administração única, competente e capaz de gerir a empresa.

— uma definição clara dos objectivos a atingir pela empresa pública

— Uma planificação de todas as disponibilidades materiais e humanas existentes na EPP

— Uma programação correcta para toda a acção da EPP

— uma reestruturação da EPP de forma a torná-la operacional, dentro da perspectiva nova que lhe é exigida.

SOLUÇÕES

Só a fusão dos 4 sectores da empresa (Sacor,

Cidla, Petrosul, Sonap) pode resolver o problema.

Só com uma gestão única, em que seja tudo correcta e devidamente planeado, utilizando todas as disponibilidades materiais e humanas, será possível evitar situações graves e de consequências imprevisíveis, no sector.

É aos Governos que se deve a situação caótica do sector, porque não foi aprovado ainda o Estatuto da Empresa Pública de Petróleos, muito embora já esteja elaborado desde o IV Governo.

Aos trabalhadores não cabe nenhuma responsabilidade pela situação

em que se encontra o sector.

De tudo informaram os sucessivos ministros da Indústria e Tecnologia, mais concretamente foram eles:

— Quitério de Bri do V Governo

— Marques do Carmos, do VI (já demitido).

Podíamos perguntar, mais uma vez, porque razão ainda não foram aprovados os referidos estatutos. No entanto, a resposta afigura-se-nos clara e única:

Se os estatutos da Empresa Pública de Petróleos fossem aprovados logo após a sua elaboração, isto é, há 6 meses, esses estatutos seriam uns. Como, porém, não

convinham à classe que desde o 25 de Abril tem ocupado o Poder, eles não foram aprovados naquela data e hoje os mesmos estatutos já tem a 3.ª versão e serão, sem dúvida nenhuma, outros.

Os trabalhadores da EPP estão vigilantes e agora alertam todo o Povo português.

Os trabalhadores da Petrogal não esquecem nem esquecerão os seus compromissos perante os restantes trabalhadores portugueses.

Assim, publicamente informamos que a fusão, dos 4 sectores da EPP — Petrogal — é a única solução que veem existir

para resolver uma grande parte dos problemas do sector já acima referidos.

Denunciam ser os Governos os únicos responsáveis por até a esta data tudo se manter numa situação caótica, como já se encontrava antes do 25 de Abril.

Deste modo, sendo a EPP da colectividade, tal como a Rádio, Televisão e outros órgãos de Comunicação Social, apelamos para que todos lutem na direcção correcta da defesa dos seus interesses e não contra os trabalhadores do sector Didla que, ao fim e ao cabo, são as maiores vítimas do sistema.

Mealheiro do Lar — com o patrão à porta...

A luta dos trabalhadores do «Mealheiro do Lar» dura já há mais de um ano. Ela iniciou-se, dentro das condições abertas pelo 25 de Abril e da resposta popular geral, quando o patrão se decidiu pelo não pagamento dos retroactivos, não aplicação do contrato colectivo, fraudes de escrita, desvio de fundos, descapitalização, não pagamento a fornecedores, abaixamento de «stocks».

«Poder Popular» foi conversar com José Martins e Maria Rita, respectivamente membros da direcção e do conselho fiscal da Cooperativa «Codiproal», criada pelos trabalhadores no decurso da sua luta, fazendo assim funcionar as instalações sob o seu controlo e não admitindo a entidade patronal.

A palavra aos trabalhadores:

«Fundamentalmente, a luta começou devido à não aplicação do contrato colectivo e tentativas de despedimentos.

Houve discussões no Ministério do Trabalho, onde fomos informados, na altura, de uma possível invasão das instalações por parte de retornados (o patrão também esteve na África colonial).

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio acompanhou-nos no começo da luta, mas depois deixou de tomar posição a nosso favor. O Sindicato retirou o apoio, nós continuamos a luta.

Foi a 21 de Maio de 1975 que fizemos a ocupação das instalações, sem admissão do patrão ou entidades patronais.

A 31 de Dezembro fomos novamente chamados ao Ministério, disseram-nos que estava a ser feito um inquérito e que os patrões iam regressar. Por sua parte, o Ministério defenderia o direito ao trabalho dos tra-

da hoje a mantemos.

No dia 4, as portas estavam seladas. Esperámos que o Ministério nos chamasse, pois a nossa posição estava dada. A partir desta data passámos a fazer piquetes constantes à porta das instalações, durante um mês».

É nesta altura que os trabalhadores são abeirados por certo partido que, conhecedor das actuais cadeiras e corredores ministeriais, propõe a mudança de instalações da cooperativa e encaminha as negociações até ao Ministério do Trabalho, tendo-se acordado o financiamento dessa mudança, para a qual os trabalhadores já fizeram o orçamento e arranjaram edifício.

Quer dizer, «por proposta de certo partido encaminhada até ao Ministério», os trabalhadores abandonavam as actuais instalações da cooperativa criada no decurso da luta, arranjavam aparentemente sem custos umas novas e o patrão, risonho, regressava aos seus antigos domínios, satisfeito com um partido e um Ministério que tão bem lhe resolvem os seus problemas.

«As negociações, encaminhadas por certo partido até ao Ministério, deram que sim senhor, nós mudaríamos, financiados por proposta do Ministério, e então eles deslaram as instalações.

No momento da deslaram o patrão, que veio ver, foi corrido pelos trabalhadores e o povo pois queria mudar a fechadura, o que dava a impressão que a deslaram era para a entidade patronal e não para nós, Fizeram o inventário destas instalações e deixaram-nos cá ficar, até ver.

Como já dissemos, houve piquetes permanentes desde a selagem até 5 deste mês, data da reabertura das instalações, aqui em Luciano Cordeiro.

Esperamos esta semana abrir em Benfica, pois não nos fiamos muito nessa história das «novas instalações».

«O que esperamos é que o dito Ministério do Trabalho proceda agora de forma a não prejudicar os trabalhadores.

Face às negociações da tal proposta aceite pelo Ministério, os trabalhadores da Codiproal o que pretendem no fundo é a destruição do capital e não arranjar formas para o seu restabelecimento. Assim, vai ser difícil fazer-nos abandonar as instalações que actualmente gerimos.

Que a deslaram de Benfica seja feita imediatamente, tal como o foi aqui em Luciano Cordeiro, porque os trabalhadores o que pretendem é a garantia do trabalho e não a garantia de milhares como os que lhe são agora oferecidos, mesmo através de fontes não exclusivamente do Ministério».

Acerca da "paz social" e da "reconciliação nacional"

«Têm de tornar a encontrar o caminho que uma os milhões de homens que, repartidos em profissões, foram separados em classes artificiais, que, atacados de enfumada vaidade de casta e delírio de classe, deixaram de se poder compreender reciprocamente».

Hitler — 1933

A «reconciliação nacional», a negação ou o disfarce sistemático da realidade que é a luta de classes e da violência que ela assume quotidianamente são as ideias básicas dos sistemas corporativos, necessariamente de direita, autoritários e repressivos.

O fascismo é uma forma particular de «regime» deste tipo. Apareceu sempre em épocas de crise económica, política e ideológica das classes dominantes, pre-

terior ataque às conquistas dos trabalhadores, a anulação da força operária organizada, são os primeiros passos, para a **resolução capitalista da crise capitalista**. O fascismo aparece assim, de início mascaradamente e depois bem às claras como recurso eficiente e (processo) excepcional que a burguesia adopta para se recompor da sua própria crise de dominação a todos os níveis.

Desde o princípio do VI Governo que Pi-

De camponeses, burgueses e operários tem de formar-se um povo alemão. Esse povo tomará então para todos os tempos, à sua fiel guarda, a nossa fé, a nossa cultura, a nossa honra e a nossa liberdade.

Para a reconvenção do nosso povo reconhecemos como primeira condição que os alemães tem de tornar a reconhecer-se mutuamente.» (1933).

Face às grandes movimentações de massa e às lutas e organizações operárias que o 25 de Abril de 1974 permitiu em Portugal, deu-se em Novembro do ano passado o golpe de direita necessário à burguesia para repor as coisas «nos

fascismo e em que se fala de como o fascismo italiano de Mussolini reagiu às conquistas operárias feitas na época anterior à sua subida ao poder:

«Na realidade, mau grado os seus fracassos, mensuráveis pelos objectivos políticos susceptíveis de ser atingidos pelo movimento popular, este último conseguiria, não obstante, impor à burguesia reais conquistas económico-políticas. Estas conquistas económico-políticas, se bem que constantemente cerceadas pela burguesia, persistiam ainda no início do processo de fascização, numa medida a partir de então inaceitável pela

proposição: quando se verificam semelhantes conquistas, através de crises graves, a burguesia procura, em primeiro lugar, modificar a relação real das forças em que essas conquistas se fundam, e só depois é que passa ao ataque directo das próprias conquistas. E isto por uma razão simples, que deriva do próprio carácter deste processo: para enganar o adversário e o adormecer, mascarando-lhe o lugar real da luta de classes, e para lhe impor o seu próprio terreno de luta.

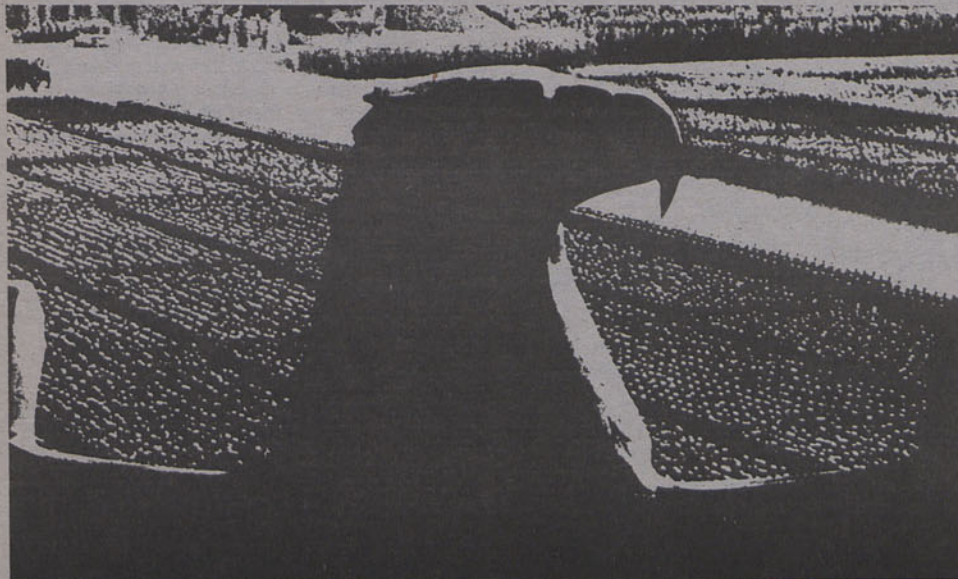
A burguesia iria, pois, aniquilar, a breve prazo, estas conquistas económico-políticas massas populares, enquanto as organizações da classe operária eram ainda poderosas e conservavam uma influência real. Mas há mais: na conjuntura de crise da burguesia, não se tratava simplesmente de aniquilar essas conquistas, mas de ir mais longe ainda na exploração das massas populares. Para tal, na conjuntura determinada dos fascismos, e após o malogro da política de colaboração de classe, era preciso passar pela eliminação das organizações de classe da classe operária.»

No nosso país hoje, não há quem não se afirme como antifascista e pela liberdade. O pluralismo, a liberdade e o antifascismo estão na boca de todo o político português por mais à direita que se encontre. É bom recordar que Mussolini foi dirigente do Partido Socialista Italiano e durante toda a sua vida de ditador falava em socialismo e revolução com a mesma facilidade com que erguia em saudação nazi a sua mão sapuda de fascista!

Acerca do antifascismo, que nunca poderá ser consequente, pelo menos no nosso país, senão na luta simultaneamente anticapitalista, transcrevemos adiante um texto de P. Togliatti.

«Qual foi a primeira liberdade a ser aniquilada e aniquilada da forma mais brutal, não com a adopção ou promulgação de leis ou decretos mas com o exercício da violência pura e com crimes? Foi a liberdade de organização e de mo-

vimento económico dos operários, dos camponeses necessitados e pobres, dos trabalhadores. Foi a liberdade de opinião e de expressão, não de todos os cidadãos, em geral, mas das referidas categorias. Quantas sedes de Camaras de Trabalho, ligas sindicais, cooperativas de trabalhadores foram expropriadas e destruídas a ferro e fogo antes que se realizasse, em 1922, a famosa marcha sobre Roma e se chegasse, em 1926, à dissolução de todas as organizações não fascistas? Centenas, milhares, por certo. Foi alguma vez posta em questão ou violada, durante o mesmo período, a liberdade de organização e movi-



tendendo, em relação às massas populares, assumir a imagem do salvador que poria termo à desordem e ao desemprego — caos capitalista que é apontado pelos fascistas como o resultado das disputas partidárias, e da manipulação maquiavélica que forças do mal (os comunistas) fazem da classe operária, lançando-a contra os «restantes nacionais», pondo em causa a paz e o sucesso, condenando o «povo» à fome, ao ódio e ao deboche.

Os alvos fundamentais do fascismo são, assim, a classe operária e suas organizações autónomas.

A conquista de posições políticas e militares que permitam o pos-

neiro de Azevedo implorava a força que lhe permitisse governar. O golpe do «25 de Novembro», deu-lha! Hoje, o CDS e outros clamam pela «reconciliação nacional» entre todos os portugueses.

Recordemos Hitler em 1933:

«Queremos substituir a eterna vacilação pela firmeza de um Governo que tornará a dar ao nosso povo uma autoridade inabalável.

Dos troncos de raça alemã, dos grupos sociais, das profissões e das classes até agora existentes, queremos constituir uma nova grei, apta a estabelecer o justo equilíbrio dos interesses vitais, exigido pelo futuro de todo o povo.

seus devidos lugares» isto é para fornecer à burguesia a força militar e repressiva suficiente, que garantisse que a resolução da crise se não processasse sob outra lógica que não fosse a reversão capitalista da economia sob o domínio social e político da burguesia.

As primeiras medidas do Governo foram o congelamento da contratação colectiva, os saneamentos à esquerda no aparelho de Estado e nas FA, o aumento exorbitante do custo dos bens de consumo essenciais.

Passamos a transcrever algumas considerações sobre este assunto de um autor, grego, estudioso das questões do

burguesia em virtude da crise que atravessa.

Pode assim dizer-se que estas conquistas se mantinham ao passo que a relação de forças em que se baseavam tinha já sido modificada em favor da burguesia. O que só aparentemente é paradoxal, salvo se se considera — o que é absolutamente falso — que toda a modificação da relação de forças é acompanhada, por assim dizer automaticamente, por uma reorganização e redistribuição mecánicas das posições ocupadas pelos adversários. Em particular no que diz respeito, sob este aspecto, à estratégia da burguesia em relação à classe operária, poderia mesmo avançar-se a seguinte

mento económico, por exemplo, dos industriais de objectos metálicos, ou dos açucareiros, ou dos armadores, ou dos grandes proprietários de terras desta ou daquela região?

Os grandes industriais, a monarquia, o Estado-Maior do Exército, a hierarquia do Vaticano, permanecem ligados ao fascismo.

No entanto, se pudessemos perguntar aos cabecilhas desses grupos e dessas instituições se tinham sido e eram a favor da liberdade, não duvidem: todos afirmariam que sim, todos protestariam contra qualquer dúvida acerca da natureza de liberais e mesmo, se lhes dessemos ouvidos, de democratas».

"REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO"

Construir uma máquina de reprimir o povo

Tirar o peixe da água é condição fundamental para o privar de vida, para torná-lo num objecto inerte, sem sentido. Nas Forças Armadas aconteceu também algo de semelhante.

Desde o 25 de Abril que assistimos a uma luta encarniçada entre aqueles que querem o «regresso aos quartéis», isto é, privar os soldados, que estão para o Povo como o peixe para a água, do contacto com o Povo, e outros que pretendem que estes se mantenham em contacto com o Povo, trabalhando com ele, já que assim será a única maneira de o soldado nunca se esquecer que por detrás da grade está um trabalhador e, ao mesmo tempo, não se esquecer dos deveres que tem perante o Povo a que pertence.

A primeira posição é reaccionária e com ela estão todos os partidos fascistas e reaccionários, lacaios do capital, na luta por um Exército profissional e repressivo, isto é, um Exército que prepare os soldados para reprimir os seus irmãos de classe, um Exército ao serviço dos patrões. A segun-

da posição é revolucionária e nela se enquadram todos os que lutam contra o fascismo e o capitalismo e por um Exército ao serviço do Povo, um Exército que seja um instrumento da sua libertação, um Exército popular.

As massas populares, os soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas conhecem bem estas posições. Sabem bem que por detrás de palavras que classificam o Exército como «apolítico», «disciplinado», «garante da democracia», «apartidário», etc., se esconde a política da burguesia, a disciplina do terror imposta pelos graduados dos soldados e o fim das liberdades nos quartéis, a ditadura do capital sobre as classes exploradas, o «apartidarismo» dos partidos da burguesia e a repressão sobre os partidos progressistas, enfim, a prática do terror e da exploração sobre o nosso Povo.

Para as massas populares, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas estas palavras e esta política — hoje tão em voga pela boca dos

oficiais reaccionários e golpistas do 25 de Novembro que povoam o EMFA e os comandos da maior parte das unidades militares — não são novas. O seu verdadeiro sentido aprendeu-o o Povo que lutou dentro e fora dos quartéis contra a política assassina do regime colonial-fascista de Salazar e Caetano, que lutou lado a lado com os soldados, sargentos e oficiais progressistas nas barricadas do 28 de Setembro contra as manobras de Spínola, durante a tentativa de golpe reaccionário do 11 de Março, na tentativa de dissolução das unidades militares progressistas e ainda nas bocas dos reaccionários, nas manifestações antes do 25 de Novembro, clamando por «disciplina», no ataque terrorista à Rádio Renascença por ordem do Conselho da «Revolução», com o saneamento dos militares progressistas das unidades, na criação do AMI e no recrutamento de mercenários; e por fim aprendeu-o no golpe reaccionário do 25 de Novembro, na libertação dos pides e assassinos do Povo do 11 de Março e na prisão dos militares revolucionários, no ataque à PM por mercenários assassinos, nos assaltos às cooperativas dos trabalhadores, aos sindicatos, nas buscas pela calada da noite a casas de progressistas, etc. Fosse na rua, nos locais de trabalho ou nas prisões, o nosso Povo aprendeu que estas palavras nunca lhe trouxeram liberdade e benefícios, mas pelo contrário, sangue dos seus melhores filhos, opressão e exploração.

É debaixo destas palavras que a burguesia, depois do golpe reaccionário do 25 de Novembro, encontra condições para desenterrar as gavetas do EMFA — onde se acoitam alguns dos piores inimigos do nosso Povo — o seu projecto de reestruturação do seu Exército. O seu Exército «apolítico» e «apartidário» com um corpo de «voluntariado», voluntários estes que só serão recrutados se preencherem as condições necessárias: físicas, psicológicas e um passado «limpo» para reprimirem os trabalhadores.

Destas poeirentas gavetas saltam também os projectos de retorno aos Gabinetes de Acção Psicológica que tão bons serviços prestaram ao fascismo e ao colonialismo. Tornar o soldado, a bem ou a mal, ou seja, pela «acção psicológica» ou pela repressão física, uma máquina de repressão, contratar mercenários por um alto preço e manter o pré de miséria aos soldados, são objectivos deste plano dos «novos» salvadores da Nação.

Mas nada disto fica sem resposta: um amplo movimento de resistência a estas manobras fascistas faz-se já sentir fora e dentro dos quartéis.

A unidade do nosso Povo, que passa pela unidade dentro dos quartéis dos soldados, sargentos e oficiais progressistas é a unidade necessária e indestrutível para resistir e reduzir a pó todos estes projectos e lutar até à vitória final pela construção de um Exército popular e a instauração do Poder Popular.

NÃO A UM EXÉRCITO MERCENÁRIO E AFASTADO DO POVO!
SOLDADOS, SEMPRE, SEMPRE AO LADO DO POVO!
UNIR PARA RESISTIR, LUTAR PARA VENCER!
A LUTA CONTINUA! A VITÓRIA É CERTA!



Deus, Pátria, Disciplina

O novo exército da burguesia

retoma os velhos princípios!